

Acelen Energia Renovável S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Índice**Sumário**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11
1) A Companhia e suas operações	12
2) Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	13
3) Políticas contábeis materiais	14
4) Estimativas e julgamentos críticos	14
5) Novas Normas e Interpretações vigentes e não vigentes	15
6) Investimento em controlada	16
7) Caixa e equivalentes de caixa	18
8) Estoques	18
9) Imobilizado	19
10) Intangível	20
11) Fornecedores	21
12) Empréstimos e financiamentos	21
13) Salários e encargos sociais	23
14) Imposto de renda e contribuição social	23
15) Tributos a recuperar (ativo) e a pagar (passivo)	26
16) Outros passivos	26
17) Partes relacionadas	26
18) Patrimônio Líquido	26
19) Despesas por natureza	27
20) Resultado financeiro líquido	28
21) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade	28
22) Informações para demonstração do fluxo de caixa	34
23) Eventos subsequentes	34

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Acelen Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Acelen Energia Renovável S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Acelen Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e liderar o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo Ferreira Silveira

Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Acelen Energia Renovável S.A.

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas e Individuais
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente.**

Balanço Patrimonial*Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Ativo	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	148.635	148.622	144.219	
Estoques	8	16.101	16.101	-	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	1.725	1.724	115	
Tributos a recuperar	15	473	473	-	
Outros ativos		7.645	7.645	-	
		174.579	174.565	144.334	
Não circulante					
Tributos a recuperar	15	7.328	7.328	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	225	
Investimentos	6	-	1.441	-	
Imobilizado	9	170.433	170.433	-	
Intangível	10	9.457	8.030	-	
		187.218	187.232	225	
Total do ativo		361.797	361.797	144.559	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanço Patrimonial*Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Consolidado		Controladora
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante				
Fornecedores	11	46.582	46.582	-
Salários e encargos sociais	13	18.086	18.086	-
Empréstimos e financiamentos	12	59.355	59.355	-
Tributos a pagar	15	1.243	1.243	87
Outros passivos	16	44.656	44.656	-
		169.922	169.922	87
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	112.124	112.124	-
		112.124	112.124	-
Patrimônio líquido	18			
Capital social		228.410	228.410	144.910
Prejuízo acumulado		(148.659)	(148.659)	(438)
		79.751	79.751	144.472
Total do passivo e patrimônio líquido		361.797	361.797	144.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado*Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2024	2024	2024	2023
Despesas gerais e administrativas	19	(146.469)	(146.468)	(2.394)	
Resultado de participações societárias	6(b)	-	4	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(146.469)	(146.464)	(2.394)	
Resultado financeiro	20				
Receitas financeiras		6.086	6.081	1.733	
Despesas financeiras		(7.686)	(7.686)	(2)	
Variação cambial, líquida		73	73	-	-
		(1.527)	(1.532)	1.731	
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(147.996)	(147.996)	(663)	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14(b)	(225)	(225)	225	
Prejuízo do exercício		(148.221)	(148.221)	(438)	
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	18(b)	(0, 911)	(0,911)	(0,003)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente*Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

	Consolidado		Controladora
	2024	2024	2023
Prejuízo do exercício	(148.221)	(148.221)	(438)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(148.221)	(148.221)	(438)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Acelen Energia Renovável S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 10 de maio de 2023	-	-	-
Transação de capital			
Integralização de capital (nota 18(a))	144.910	-	144.910
Resultado abrangente			
Prejuízo do período		(438)	(438)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>144.910</u>	<u>(438)</u>	<u>144.472</u>
Transação de capital			
Aumento de capital (nota 18(a))	83.500	-	83.500
Resultado abrangente			
Prejuízo do exercício		(148.221)	(148.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>228.410</u>	<u>(148.659)</u>	<u>79.751</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Fluxo de Caixa*Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

	Consolidado	Controladora	
	2024	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(147.996)	(147.996)	(663)
Ajustado por:			
Depreciação e amortização (nota 9, 10 e 19)	296	296	-
Resultado de participações societárias (nota 6(a))	-	(4)	-
Resultado financeiro, líquido (nota 20)	1.527	1.532	-
	(146.173)	(146.172)	(663)
Variação dos ativos e passivos operacionais:			
Estoques	(16.101)	(16.101)	-
Tributos a recuperar e a pagar, líquidos	(8.255)	(8.255)	(28)
Outros ativos	(7.644)	(7.644)	-
Fornecedores	24.571	24.571	-
Salários e encargos sociais	18.086	18.086	-
Outros passivos	44.656	44.656	-
	(90.860)	(90.859)	(691)
Caixa aplicado nas operações			
Rendimento de aplicações financeiras recebidos	6.085	6.081	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(84.775)	(84.778)	(691)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível	(165.496)	(164.069)	-
Aumento de capital social em controlada (nota 6(a))	-	(1.427)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada (nota 6(a))	-	(10)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(165.496)	(165.506)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social (nota 17(a))	83.500	83.500	144.910
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 12)	180.000	180.000	-
Custos de captação sobre empréstimos (nota 12 e 22)	(8.813)	(8.813)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	254.687	254.687	144.910
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.416	4.403	144.219
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	144.219	144.219	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	148.635	148.622	144.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1) A Companhia e suas operações

A Acelen Energia Renovável S.A. ("Acelen Renovável", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de maio de 2023 e passou a fazer parte do Grupo em 17 de julho de 2023, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 26º andar. A Acelen Renovável está conduzindo um projeto inovador que visa integrar a cadeia produtiva de biocombustíveis a partir de fontes renováveis. Este projeto, focado no desenvolvimento de uma solução integrada para a produção de combustível sustentável, abrange a verticalização da produção desde o plantio da matéria-prima até o refino de óleo vegetal para produção dos biocombustíveis SAF e HVO como produtos. A Companhia irá utilizar a Macaúba, uma cultura nativa não alimentar e altamente produtiva, que será cultivada em terras degradadas no Brasil. A escolha da Macaúba visa promover a recuperação ambiental destas áreas, além de contribuir para a sustentabilidade econômica da região.

As operações voltadas para o agronegócio consistem em; produção, distribuição, plantio e comercialização de sementes germinadas, pré-mudas, mudas de Macaúba e cachos vazios, também como resultado do processo de esmagamento temos óleo de polpa, óleo de amêndoas, torta da polpa (resultado do processo de esmagamento da polpa), torta da amêndoas (resultado do processo de esmagamento da amêndoas), casca do fruto e endocarpo/casca de noz.

No exercício de 2024, a empresa iniciou as operações de comissionamento no Centro de Inovação Tecnológica Agrícola, denominado Agripark, localizado em Montes Claros, Minas Gerais. O Agripark funciona como um hub de pesquisa e desenvolvimento, concentrando-se no aprimoramento das técnicas de cultivo e colheita da Macaúba, na pesquisa em aprimoramento genético e no desenvolvimento de novas tecnologias para aumentar a eficiência da produção em larga escala. O Agripark também possui infraestrutura para germinação de 1.7 milhões de sementes por mês e para a produção de 10 milhões de pré-mudas por ano, escala necessária para suportar o desenvolvimento do projeto.

Ainda como parte do plano de negócios, a Acelen Renovável está em processo de finalização da engenharia básica para a construção de uma biorrefinaria com capacidade projetada para processar 20 kbpd (mil barris por dia). Esta biorrefinaria será destinada à produção de Combustível de Aviação Sustentável (SAF) e Óleo Vegetal Hidratado (HVO), e é considerada crucial para a transformação do "feedstock" (matéria-prima) em biocombustíveis de alta qualidade, visando atender à crescente demanda por soluções energéticas sustentáveis. O início das operações da Biorrefinaria está previsto para o primeiro semestre de 2028, onde serão utilizados outros matérias-primas quanto a plantação da macaúba está em fase de desenvolvimento, é esperada uma transição gradual até a biorrefinaria operar apenas com o óleo de macaúba como matéria-prima.

A Companhia está atualmente na fase pré-operacional, focando seus esforços e investimentos no desenvolvimento da infraestrutura produtiva necessária, aquisição de ativos e preparação para o início de suas operações. Durante este estágio inicial, ainda não há geração de receitas, mas os ativos estão sendo alocados de maneira estratégica, conforme o plano de negócios previamente aprovado, para garantir a viabilidade e o sucesso das operações futuras. Esta abordagem cuidadosa e planejada visa assegurar que, uma vez iniciadas, as operações possam ser conduzidas de forma eficiente e sustentável, alinhadas aos objetivos de longo prazo.

A Companhia constituiu suas subsidiárias a Acelen Agro S.A. e Acelen Industrial S.A. no primeiro semestre de 2024 e detém a totalidade do percentual de participação, para maiores detalhe vide nota 6.

O acionista controlador da Acelen Energia Renovável S.A. é a MC Energia Renovável S.A., que antes era denominada "SF 656 Participações Societárias S.A." e teve sua denominação alterada em 26 de outubro de 2023, via AGE, e assessorado pela MIC Capital Partners (Brazil Strategic Opportunities) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

2) Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS Accounting Standards”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS Accounting Standards e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS Accounting Standards e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e conforme do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, e (ii) perdas pela redução do valor recuperável de ativos (“impairment”). O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto pelas mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos críticos que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados em suas respectivas notas.

Os saldos apresentados em 2024, referente às demonstrações consolidadas, representam a posição contábil e financeira da controladora e de suas controladas. Em 2023, os saldos representavam exclusivamente a posição da controladora, uma vez que as controladas foram constituídas em 2024.

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras no dia 28 de março de 2025.

a. Princípios de consolidação

Em conformidade com o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras consolidadas de 2024 incluem as demonstrações financeiras da controladora e controladas do exercício de 2024. No período de 10 de maio de 2023 (data de constituição da Acelen Renováveis) até 31 de dezembro de 2023, a controladora não possuía controladas, e, portanto, não houve consolidação das demonstrações financeiras.

O controle é alcançado quando a Companhia tem exposição a retornos variáveis provenientes da investida e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio do poder exercido sobre a investida. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras da controladas para alinhar suas políticas contábeis com as da Companhia. A relação das controladas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas está demonstrada na nota 6(b).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Controladora e Subsidiárias é o Real (“R\$” ou “BRL”), refletindo seu principal ambiente econômico.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3) Políticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas políticas contábeis materiais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4) Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem montantes monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitas a incerteza de mensuração. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, considerados razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

5) Novas Normas e Interpretações vigentes e não vigentes

a. Alterações em normas e interpretações em vigor

No ano corrente, a Companhia avaliou o impacto de diversas alterações às normas contábeis emitidas pelo CPC que são obrigatoriamente efetivas para um período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2024, conforme detalhado abaixo:

Normas	Descrição	Vigência
<i>Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo Pilar Dois - Emendas à IAS 12</i>	<i>As alterações no IAS 12 (equivalente ao CPC 32 no Brasil - Tributos sobre o Lucro) foram implementadas com o objetivo de abordar as implicações contábeis decorrentes das regras do Pilar 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Base Erosion and Profit Shifting (BEPS). Essas modificações incluem uma exceção temporária obrigatória para o reconhecimento e divulgação de impostos diferidos resultantes da implementação das regras jurisdicionais do modelo do Pilar 2, permitindo que as entidades não reconheçam de forma imediata os impostos diferidos decorrentes dessas novas normas, desde que o uso da exceção seja devidamente divulgado. Além disso, as entidades afetadas deverão atender a novos requisitos de divulgação, visando garantir a transparência quanto à aplicação dessas regras e seus impactos financeiros.</i>	1º de Janeiro de 2024
<i>Passivos não Circulantes com Covenants - Alterações do IAS 1 e Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes - Alterações do IAS 1</i>	<i>As alterações estabelecem requisimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.</i>	1º de Janeiro de 2024
<i>Passivo de arrendamento em Sale and Leaseback - Alterações do IFRS 16</i>	<i>Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (International Financial Reporting Standard 16, equivalente ao CPC 06 no Brasil - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário deve seguir na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta. Estas alterações garantem que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que ele mantém.</i>	1º de Janeiro de 2024
<i>Acordos de Financiamento de Fornecedores - Alterações do IAS 7 e IFRS 7</i>	<i>Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (International Accounting Standard 7, equivalente ao CPC 03 (R2) no Brasil - Demonstração do Fluxo de Caixa) e ao IFRS 7 (International Financial Reporting Standard 7, equivalente ao CPC 40 (R1) no Brasil - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.</i>	1º de Janeiro de 2024

As normas contábeis citadas acima, que entraram em vigor durante 2024, não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Normas e interpretações não vigentes

Normas e interpretações novas e alteradas ainda em análise pelo CPC, que ainda não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, conforme segue:

Normas	Descrição	Data efetiva
<i>Lack of exchangeability - Alteração da IAS 21</i> <i>Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio direto</i>	<i>Em 15 de agosto de 2023, o IASB, alterou o IAS 21 sobre falta de conversibilidade de taxas de câmbio (CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis). As alterações sobre falta de conversibilidade (Alterações à IAS 21) especificam quando uma moeda é conversível por outra e quando não é, definindo conversibilidade como a capacidade de uma entidade trocar uma moeda pela outra por meio de mercados ou mecanismos de câmbio que criam direitos e obrigações executáveis sem atrasos indevidos na data de medição e para uma finalidade específica.</i> <i>As alterações são aplicáveis para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.</i>	1º de janeiro de 2025
<i>IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</i>	<i>O IFRS 18 foi proposto como uma substituição ao IAS 1 e introduz novas alterações oferecendo uma base mais comparável para os leitores das demonstrações financeiras. São requeridas alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - com dois subtotais obrigatórios. Além disso, adota a divulgação em nota explicativa de medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função.</i>	1º de janeiro de 2027
<i>IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</i>	<i>O IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. Uma subsidiária pode optar por aplicar o novo padrão em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais, desde que, na data do relatório, não tenha responsabilidade pública e sua controladora produza demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS. Uma subsidiária que aplica o IFRS 19 é obrigada a declarar claramente em sua declaração explícita e sem reservas de conformidade com as Normas Contábeis IFRS que o IFRS 19 foi adotado.</i>	1º de janeiro de 2027

A Companhia está avaliando todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

6) Investimento em controlada**a. Movimentação dos investimentos**

A variação dos investimentos nas subsidiárias está apresentada como segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Capital Social das subsidiárias ⁽¹⁾	1.427	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ⁽¹⁾	10	-
Resultado de participações societárias	4	-
Saldo em 31 de dezembro	1.441	-

⁽¹⁾ Vide nota 6(b) sobre Capital Social das subsidiárias.

b. Subsidiárias

A seguir apresentamos informações adicionais sobre as subsidiárias da Acelen Renováveis:

Subsidiárias	Controladora						
	País	Moeda funcional	% de participação	Capital Social	Ativo	Passivo	PL
Acelen Agro S.A.	Brasil	BRL	100	1.427	1.432	-	1.432
Acelen Industrial S.A.	Brasil	BRL	100	-	9	-	9
				1.427	1.441	-	1.441

Informações sobre as subsidiárias**Acelen Agro S.A.:**

Em 04 de março de 2024, constitui-se a “SF 763 Participações Societárias S.A.” e aprovou a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 400 (quatrocentos reais).

Em 02 de maio de 2024, em AGE, aprovou a alteração da denominação social da Companhia, passando a ser denominada “Acelen Agro S.A.”.

Em 17 de outubro de 2024, em AGE, aprovou o aumento de capital subscrito e integralizado, o valor de R\$ 1.427 mediante a emissão de 1.427.098 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil e noventa e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acelen Industrial S.A.:

Em 04 de março de 2024, constitui-se a “SF 764 Participações Societárias S.A.” e aprovou a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 400 (quatrocentos reais).

Em 02 de maio de 2024, em AGE, aprovou a alteração da denominação social da Companhia, passando a ser denominada “Acelen Industrial S.A.”.

Em 27 de dezembro de 2024, em Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, o acionista se comprometeu a realizar um adiantamento para futuro aumento de capital, no valor total de até R\$ 10.000 (dez mil). Que foi concluído em 27 de dezembro de 2024.

Política contábil material

Os balanços patrimoniais individuais incluem a participação da Companhia em controlada contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as práticas contábeis da Companhia, a partir da data que o controle é obtido até a data em que este é perdido.

Anualmente, a Companhia analisa indicativos de eventuais perdas (“*impairment*”) na recuperabilidade do seu investimento em controlada. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de “*impairment*” do seu investimento em controlada.

Subsidiária

Subsidiária é a entidade na qual a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade (controle).

7) Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	20	7	12
Investimentos de curto prazo	148.615	148.615	144.207
Total	148.635	148.622	144.219

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco.

Em 2024 as aplicações financeiras estavam alocadas em CDB (Certificado de Depósito Bancário), com rentabilidade de 99,76% do CDI (88,06% em 2023).

Política contábil material

São ativos financeiros mensurados e classificados pelo custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

8) Estoques

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima ⁽¹⁾	6.018	6.018	-
Materiais e suprimentos	609	609	-
	6.627	6.627	-
Adiantamento a Fornecedores ⁽²⁾	9.474	9.474	-
	16.101	16.101	-
 Circulante	 16.101	 16.101	 -

(1) Compreende as sementes, pré-mudas e frutos de Macaúba.

(2) Compreende desembolso antecipado para aquisição de matéria-prima e produtos para revenda.

A Companhia realizou aquisição de frutos oriundos de maciços (“bosques”) de macaúba espalhados pelo Brasil, que serão destinados nesse primeiro momento do projeto a germinação e produção de novas mudas e após seu ciclo de maturação e começo de safra, com estimativa de no mínimo de 5 anos para primeira colheita, os frutos serão colhidos e endereçado para o esmagamento e produção do óleo de macaúba. Todos os custos incorridos desde a produção da muda ou aquisição de terceiros, até a data de plantio são transferidos para o imobilizado e contabilizados ao custo da planta portadora, quando ocorrer o plantio das mudas no solo. Nesse contexto o grupo de matéria prima inclui:

- a) Frutos de macaúba - Frutos oriundos de aquisição de cachos com intuito para o cultivo, pesquisa e outras finalidades;
- b) Sementes de macaúba - São utilizadas para cultivo ou outras finalidades, como pesquisa e melhoramento genético;
- c) Pré-mudas de macaúba - Plantas jovens em estágio inicial de desenvolvimento, preparadas para serem transferidas para um ambiente de crescimento em estágio avançado; e
- d) Mudas de macaúba - Plantas já desenvolvidas e prontas para o plantio em larga escala, utilizadas para reflorestamento, produção de frutos e ampliação de cultivos, que futuramente serão destinados para cultivo, pesquisa ou outras finalidades.

Prática contábil material

O estoque em 31 de dezembro de 2024 é composto principalmente por frutos, sementes, pré-mudas e mudas de Macaúba, registradas pelo custo histórico na aquisição, considerando que a Companhia ainda não possui produtos intermediários ou acabados.

A Companhia anualmente realiza avaliação para constituição de provisão de ajuste ao valor realizável líquido. No entanto, no período em questão, não houve necessidade de constituição de provisão, uma vez que os estoques se referem exclusivamente à matéria-prima, estando os itens registrados pelo custo de aquisição.

9) Imobilizado

O ativo imobilizado está representado da seguinte forma:

Consolidado e Controladora			
	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Movimentação do exercício			
Adições ⁽¹⁾	-	176.105	176.105
Reclassificação ⁽²⁾	-	(5.636)	(5.636)
Transferência	2.275	(2.275)	-
Depreciação	(36)	-	(36)
	2.239	168.194	170.433
Custo	2.275	168.194	170.469
Depreciação acumulada	(36)	-	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.239	168.194	170.433
Média ponderada de vida útil	7.5 anos	N/A	
Mínimo e máximo	5 a 10 anos	N/A	

⁽¹⁾ As adições de imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referem-se principalmente aos seguintes projetos e investimentos: (i) Refinaria de Biocombustível: Localizado na Bahia, com valor total de R\$ 67.251, abrangendo projetos de hidroprocessamento e pré-tratamento; e (ii) Agripark: Totalizando R\$ 75.168, incluindo obras civis, equipamentos de laboratório, máquinas.

⁽²⁾ Reclassificação de itens do imobilizado para o intangível no exercício de 2024, visando classificação mais apropriada conforme natureza dos ativos. A reclassificação envolveu (i) o contrato de usufruto da Fazenda Boqueirão, localizada em Montes Claros, no valor de R\$ 4.862, que foi transferido para a rubrica de Direitos e concessões, e (ii) sistemas no valor de R\$ 774, que foram classificados como Softwares.

Prática contábil material

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - “*impairment*”.

Para nossos ativos não financeiros é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A depreciação dos componentes do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

Os ativos são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu que não há indicativos de perda relacionada a estes ativos.

10) Intangível

	Consolidado			
	Software	Direitos e concessões	Intangível em desenvolvimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	1.427	2.654	4.081
Reclassificação ⁽²⁾	774	4.862	-	5.636
Transferências	2.632	-	(2.632)	-
Amortização	(233)	(27)	-	(260)
	3.173	6.262	22	9.457
Custo	3.406	6.289	22	9.717
Amortização acumulada	(233)	(27)	-	(260)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.173	6.262	22	9.457
Média ponderada de vida útil	4anos	60anos	N/A	
Mínimo e máximo	3 a 5anos	60anos	N/A	

⁽¹⁾ A adição no valor de R\$ 1.427 refere-se ao adiantamento realizado para a compra de direito de usufruto da Fazenda Campinas, localizada no Município de Cachoeira, Bahia. Já a adição no valor total de R\$ 2.654, no consolidado e na controladora, está relacionada ao desenvolvimento e aprimoramento de sistemas, destacando-se os principais sistemas SAP.

⁽²⁾ Reclassificação de itens do imobilizado para o intangível no exercício de 2024, visando uma classificação mais adequada conforme natureza dos ativos. A reclassificação incluiu (i) o contrato de usufruto da Fazenda Boqueirão, localizada em Montes Claros, no valor de R\$ 4.862, que foi transferido para Direitos e concessões, e (ii) Sistemas no valor de R\$ 774, que passaram a ser classificados como Softwares.

	Controladora			
	Software	Direitos e concessões	Intangível em desenvolvimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Movimentação do exercício				
Adições ⁽¹⁾	-	-	2.654	2.654
Reclassificação ⁽²⁾	774	4.862	-	5.636
Transferências	2.632	-	(2.632)	-
Amortização	(233)	(27)	-	(260)
	3.173	4.835	22	8.030
Custo	3.406	4.862	22	8.290
Amortização acumulada	(233)	(27)	-	(260)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.173	4.835	22	8.030
Média ponderada de vida útil	4 anos	60 anos	N/A	
Mínimo e máximo	3 a 5 anos	60 anos	N/A	

⁽¹⁾ A adição no valor total de R\$ 2.654, no consolidado e na controladora, está relacionada ao desenvolvimento e aprimoramento de sistemas, destacando-se os principais sistemas SAP.

⁽²⁾ Reclassificação de itens do imobilizado para o intangível no exercício de 2024, visando uma classificação mais adequada conforme natureza dos ativos. A reclassificação incluiu (i) o contrato de usufruto da Fazenda Boqueirão, localizada em Montes Claros, no valor de R\$ 4.862, que foi transferido para Direitos e concessões, e (ii) Sistemas no valor de R\$ 774, que passaram a ser classificados como Softwares.

Em 2024, a Companhia detém um contrato de usufruto sobre um terreno localizado em Montes Claros, o qual foi classificado em Direitos e concessões de uso no ativo intangível. Esse direito confere à Companhia a permissão de utilizar o terreno por um período de 30 anos, com direito a prorrogação por mais 30 anos a título gratuito, totalizando 60 anos, com todos os benefícios e responsabilidades legais associados ao seu uso. Após decorrido esse prazo, cabe a Companhia exercer opção de renovação do contrato.

Política contábil material

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de desenvolvimento, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o intangível em condições de operação, bem como, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - “*impairment*”.

Os ativos intangíveis são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu que não há indicativos de perda relacionada a estes ativos.

11) Fornecedores

	Consolidado	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2024
Fornecedor país	46.582	46.582	-
Total	46.582	46.582	-
Circulante	46.582	46.582	-

A Companhia busca negociar com os seus fornecedores um prazo de pagamento entre 30 até 90 dias, incluindo eventuais extensões de prazo com a cobrança de juros de acordo com os termos contratuais negociados com cada fornecedor.

Política contábil material

Os fornecedores são contabilizados a custo amortizado, com valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, quando aplicável, cujos efeitos são refletidos no resultado do exercício. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para real utilizando a taxa de câmbio do fechamento do exercício.

A Companhia possui políticas de gestão de risco financeiro em vigor para garantir que todas as contas a pagar são liquidadas dentro dos prazos previamente acordados.

12) Empréstimos e financiamentos**a. Saldos dos contratos por modalidade**

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários e mercado de capitais, em reais (“BRL”). O saldo dos contratos de dívida está apresentado como segue:

	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado		Controladora	
			2024	2024	2023	2023
Bradesco	CDI + 2,10% a.a.	11/06/2028	60.097	60.097	-	-
BNDES	TR + 2,20% a.a. Selic +1,41% a.a.	15/08/2040	120.179	120.179	-	-
			180.276	180.276	-	-
Custos de transação			(8.797)	(8.797)	-	-
Total			171.479	171.479	-	-
Circulante			59.355	59.355	-	-
Não circulante			112.124	112.124	-	-

A Companhia possui R\$ 180.276 (equivalente a R\$ 180.000 de principal e R\$ 279 de juros em 31 de dezembro de 2024) em financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e em Notas Comerciais emitidas pelo Bradesco, com custo efetivo médio ponderado de 7,48% a.a.

Em 2024, a Companhia obteve no mercado, por meio de notas comerciais, o valor de R\$ 60.000. O Banco Bradesco S/A atuará como responsável intermediário pela operação. A liquidação será realizada em parcela única, com vencimento na data de 11 de junho 2025.

Em 2024, a Companhia obteve um empréstimo no valor de R\$ 257.913 junto ao BNDES para financiamento da implementação do Agripark (nota 10) e de outras atividades do seu programa de pesquisa e desenvolvimento. Este contrato com o BNDES prevê múltiplos desembolsos que aconteceram de acordo com o avanço das obras e comprovação do uso dos recursos. Os primeiros desembolsos foram realizados em dezembro de 2024, sendo R\$ 24.000 ao custo de Selic + 1,41% e R\$ 96.000 ao custo de TR + 2,2%, conforme estabelecido no contrato. A liquidação do empréstimo será efetuada em 146 parcelas mensais, com a primeira parcela programada para iniciar em julho de 2028, tendo um período de carência de 2024 até junho de 2028.

A movimentação dos títulos de dívida da Companhia está apresentada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial	-	-
Efeitos no fluxo de caixa		
Captações	180.000	-
Custos de captação	(8.840)	-
Efeitos que não afetam o fluxo de caixa:		
Encargos incorridos		
Juros ⁽¹⁾	276	-
Amortização dos custos de captação	43	-
Saldo final	171.479	-

⁽¹⁾ A taxa efetiva da dívida consolidada incorrida em 2024 foi de 6,84% a.a.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal	Encargos financeiros ⁽¹⁾	Total
2025	60.000	3.757	63.757
2028	4.932	31.109	36.041
2029	9.863	6.486	16.349
2030 em adiante	105.205	34.547	139.752
	180.000	75.899	255.899

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas pós), considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos.

b. Garantias

Para a dívida com o BNDES, foram contraídas contas fiança juntamente ao Itaú Unibanco em novembro de 2024 (nota 20). Essa fiança possui como garantia uma letter of credit (LC) emitida pelo HSBC México, que por sua vez não possui garantia.

Política contábil material

Empréstimos e financiamentos são passivos financeiros mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e de eventuais pagamentos dos custos de transação.

As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. Ao aplicar o método de juros efetivos, a Companhia deve amortizar, ao longo da vida útil do instrumento financeiro, todas as taxas, pontos pagos ou recebidos, custos de transação e demais prêmios ou descontos considerados no cálculo da taxa de juros efetiva.

13) Salários e encargos sociais

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Salários e outras remunerações	14.424	14.424	-
Encargos sobre a folha	3.662	3.662	-
Total	18.086	18.086	-
Circulante	18.086	18.086	-

Política contábil material

A Companhia reconhece as despesas com a remuneração dos colaboradores, incluindo salários, benefícios (como vale-transporte e vale-alimentação), encargos sociais obrigatórios (INSS, FGTS e IRRF) e o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), conforme estabelecido em acordo coletivo. As provisões mensais para férias e 13º salário são igualmente realizadas.

14) Imposto de renda e contribuição social**a. Posição patrimonial**

Os tributos sobre o prejuízo são representados pelo Imposto de Renda (“IRPJ”) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os saldos, líquidos, de imposto de renda e contribuição social estão apresentados como segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a recuperar ⁽¹⁾	1.724	115
Ativos	1.724	115
Ativo circulante ⁽¹⁾	1.724	115
⁽¹⁾ Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a ser recuperado sobre as aplicações financeiras.		
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	44.922	225
Diferenças temporárias		
Provisões	6.064	-
Ativo fiscal diferido	50.986	225
Provisão para perda de ativos fiscais diferidos	(50.986)	-
Total	-	225
Ativo fiscal diferido		225

Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e a sua compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de prejuízo fiscal (incluindo base negativa) era de R\$ 132.124.

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(147.996)	(663)
Tributos as alíquotas da legislação - 34%	50.319	225
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Lei do Bem ⁽¹⁾	440	-
Adição de ativos diferidos fiscais diferidos não reconhecidos	(50.986)	-
Outros itens permanentes	2	-
Tributos sobre o lucro	(225)	225
Alíquota efetiva	0,15%	33,94%
Diferido	(225)	225

⁽¹⁾ No 1º trimestre de 2024, a Acelen Renovável utilizou o benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05), que permite a dedução de 60% das despesas com pesquisa e inovação tecnológica na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, conforme as condições da legislação.

No exercício de 2024, a Companhia optou pelo regime fiscal de lucro real trimestral e variação cambial pelo regime caixa.

Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, sendo calculados com base em alíquotas brasileiras, onde seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e, quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, respeitando os princípios de consolidação tributária entre entidades.

Os tributos diferidos ativos, quando apresentados, são reconhecidos nas demonstrações financeiras devidamente suportados por estudos técnicos preparados pela Administração, através da estimativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras de longo prazo, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários sujeitos a alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são também reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo o saldo final de ativos e passivos apresentados pelo seu efeito líquido.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Nesta avaliação, a Companhia utiliza como base seu o planejamento estratégico e projeções de mercado, as quais são revisadas e complementadas com base na experiência da Administração. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável e revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumentar. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais eles podem ser usados.

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente ao longo do tempo, podendo ocorrer situações em que a interpretação da Companhia pode diferir daquela da autoridade fiscal.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre a aplicabilidade em montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL.

A Companhia aplica a premissa de aceitação por parte da autoridade fiscal dos tratamentos de tributos efetuados em sua apuração, com base em avaliações técnicas internas da Administração e devidamente complementadas por seus assessores legais, onde mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais futuras que alterem a análise dos fundamentos podem por sua vez demandar revisão das premissas de tratamentos de tributos vigentes.

15) Tributos a recuperar (ativo) e a pagar (passivo)

Os valores de tributos ativos e passivos estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora			
	Ativo	Passivo	Ativo		Passivo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS ⁽¹⁾	2.226	277	2.226	-	277	-
PIS e COFINS ⁽¹⁾	5.575	1	5.575	-	1	87
Outros tributos	-	965	-	-	965	-
	7.801	1.243	7.801	-	1.243	87

Circulante	473	1.243	473	-	1.243	87
Não circulante	7.328	-	7.328	-	-	-

⁽¹⁾ Início das contratações e aquisições pela Acelen Renováveis de máquinas, equipamentos, insumos e serviços, dentre outros, a partir de 2024: (i) PIS/COFINS e PIS/COFINS Importação: viabilidade no aproveitamento de crédito mediante o enquadramento no lucro real e não cumulatividade do PIS/COFINS (Lei nº 10.637/02, 10.833/03 e 10.865/04). (ii) ICMS: viabilidade no aproveitamento de créditos na aquisição de insumos e bens destinados ao ativo imobilizado (Lei Complementar nº 87/96).

16) Outros passivos

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar partes relacionadas (nota 17)	44.351	-
Encargos financeiros	274	-
Reembolso a funcionários	31	-
Total	44.656	-
Circulante	44.656	-

17) Partes relacionadas**a) Saldos em aberto com partes relacionadas**

	Consolidado e Controladora		
	Passivo	Resultado	
		31/12/2024	31/12/2024
Refinaria de Mataripe S.A. ⁽¹⁾	Outros passivos	Despesa	Variação Cambial
	44.351	40.241	(38)
	44.351	40.241	(38)

⁽¹⁾ Posição em aberto com a Refinaria de Mataripe incluem, principalmente: (i) despesas no valor de R\$ 26.002 por meio do contrato de compartilhamento de despesas entre as Companhias (cost sharing); (ii) serviço de consultoria no valor total de R\$ 12.499; (iii) adiantamento a fornecedores no total de R\$ 4.896.

18) Patrimônio Líquido**a. Capital social**

Em 10 de maio de 2023, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), constitui-se a “SF 666 Participações Societárias S.A.” e aprovou a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 400 (quatrocentos reais).

Em 17 de julho de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovou a alteração da denominação social da Companhia, passando a ser denominada “Acelen Energia Renovável S.A.”.

Em 17 de novembro de 2023, em AGE, aprovou o aumento de capital subscrito e integralizado, o valor de R\$ 144.910 mediante a emissão de 144.910.000 (cento e quarenta e quatro milhões, novecentos e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 144.910 (cento e quarenta e quatro milhões, novecentos e dez mil) dividido em 144.910.400 (cento e quarenta e quatro milhões, novecentos e dez mil e quatrocentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 24 de setembro de 2024, em AGE, aprovou o aumento de capital subscrito e integralizado, o valor de R\$ 55.000 mediante a emissão de 55.000.000 (cinquenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de novembro de 2024, em AGE, aprovou o aumento de capital subscrito e integralizado, o valor de R\$ 28.500 mediante a emissão de 28.500.000 (vinte e oito milhões e quinhentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 228.410 (duzentos e vinte e oito milhões e quatrocentos e dez mil) dividido em 228.410.040 (duzentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e dez mil e quarenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O acionista detentor da totalidade das ações da Acelen Renováveis é a MC Energia Renovável S.A.

b. Prejuízo por ação

	Controladora	
	2024	2023
Prejuízo do exercício	(148.221)	(438)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	162.752	144.910
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,911)	(0,003)

Não há efeitos diluidores na Companhia e, por isso, o prejuízo básico e diluído por ação são os mesmos.

19) Despesas por natureza

	Consolidado	Controladora	
	2024	2024	2023
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
Serviços contratados	(90.648)	(90.648)	(1.907)
Fretes, aluguéis e armazenamento	(1.770)	(1.770)	-
Pessoal	(44.057)	(44.057)	-
Depreciação e amortização	(296)	(296)	-
Impostos, taxas e contribuições	(316)	(316)	(56)
Outros	(9.382)	(9.381)	(431)
Total	(146.469)	(146.468)	(2.394)

⁽¹⁾ Os Serviços contratados compreendem, em sua maior parte, serviços de consultoria e assessoria no valor de R\$ 65.506, honorários advocatícios no montante de R\$ 6.575

20) Resultado financeiro líquido

	Consolidado	Controladora	
	2024	2024	2023
Receitas financeiras			
Receita com aplicações financeiras	6.485	6.480	1.733
Tributos sobre receitas financeiras	(399)	(399)	-
	6.086	6.081	1.733
Despesas financeiras			
Encargos financeiros de dívidas ⁽¹⁾	(319)	(319)	-
Comissão por linha de crédito ⁽²⁾	(4.757)	(4.757)	-
IOF	(2.401)	(2.401)	-
Outras despesas financeiras	(209)	(209)	(2)
	(7.686)	(7.686)	(2)
Variação cambial, líquida			
Variação cambial de fornecedores	11	11	-
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	62	62	-
	73	73	-
Resultado financeiro, líquido	(1.527)	(1.532)	1.731

⁽¹⁾ Referem-se aos juros e apropriação de custos de transação dos empréstimos com o BNDES e Bradesco.

⁽²⁾ Refere-se principalmente às comissões sobre as cartas fiança captadas com o Itaú Unibanco e com o HSBC México em novembro de 2024, com pagamentos mensais. As referidas cartas fiança foram utilizadas pela Acelen Renováveis como garantia para a contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme exigido no processo de garantia do referido financiamento.

21) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade**a. Gerenciamento dos riscos**

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores e respectivos comitês de riscos, com base na política corporativa de gerenciamento de riscos aprovado pelo Conselho de Administração. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

i. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes de seu caixa. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora e com instituições financeiras de reconhecida liquidez.

ii. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas e compra de ativos para implementação das operações. As condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto prazo e aporte de capital dos acionistas, quando necessário. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reservas de recursos de empréstimos, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais passivos financeiros por faixa de vencimento em 31 de dezembro de 2024 e refletem o fluxo financeiro não descontado:

Em 31 de dezembro de 2024	Consolidado e Controladora			
	2024			
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 4 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros				
Fornecedores	46.582	46.582	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	255.899	63.757	36.041	156.101
Outros passivos	44.656	44.656	-	-
	347.137	154.995	36.041	156.101

iii. Riscos de mercado

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a compra de matérias-primas, a aquisição de equipamentos ou serviços.

iv. Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Acelen Renovável possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Seguradora	Vigência		Limite máximo de cobertura
		De	Até	
Responsabilidade Civil	Mafre Seguradora	06/08/2024	16/07/2025	10.000
Riscos Diversos	Mafre Seguradora	06/08/2024	16/04/2026	558.061
D&O - Primária ⁽¹⁾	Fairfax	30/11/2024	30/11/2025	123.846
D&O - Excesso 1 ⁽¹⁾	Starr	30/11/2024	30/11/2025	309.615
D&O - Excesso 2 ⁽¹⁾	Yelum	30/11/2024	30/11/2025	61.923

⁽¹⁾ Referem-se a apólices de seguro cuja cobertura é compartilhada pelas companhias subordinadas ao acionista majoritário indireto MIC Capital Partners Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

b. Reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação as condições vigentes no mercado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas, classificadas e mensuradas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Consolidado			
31/12/2024			
	Valor contábil		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	148.635	-	148.635
	148.635	-	148.635
Passivos financeiros			
Fornecedores	46.582	-	46.582
Empréstimos e financiamentos	171.479	-	171.479
Outros passivos	44.656	-	44.656
	262.717	-	262.717

Controladora					
31/12/2024			31/12/2023		
	Valor contábil		Valor contábil		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo através do resultado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	148.622	-	148.622	144.219	-
	148.622	-	148.622	144.219	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	46.582	-	46.582	-	-
Empréstimos e financiamentos	171.479	-	171.479	-	-
Outros passivos	44.656	-	44.656	-	-
	262.717	-	262.717	-	-

Políticas contábeis materiais**Instrumentos financeiros**

Instrumento financeiro são contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados a valor justo acrescidos ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

Ativos financeiros – Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e

Passivo financeiro – Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para os passivos financeiros mensurados a valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo acrescidos ou deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

Passivo financeiro – Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

Quando os termos contratuais de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são renegociados ou modificados e essas alterações não são substanciais, seus saldos passam a refletir o valor presente dos fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo do instrumento reavaliado no momento da alteração não substancial dos termos e seu saldo imediatamente anterior a essa alteração é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A Companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa.

Passivo financeiro - Desreconhecimento

A Companhia desreconhece o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, este for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando há uma troca de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes entre o mutuário e o credor, a Companhia trata como a extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro. Da mesma forma, uma modificação significativa dos termos de um passivo financeiro existente, quer seja em sua totalidade ou em parte, é tratada como a extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Nesse sentido, a avaliação da Companhia considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer pagamentos líquidos efetuados ou taxas recebidas e descontados pela taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

A Companhia não teve nenhuma alteração substancial que pudesse modificar o fluxo de caixa dos passivos financeiros mensurados a custo amortizado. Portanto, eles refletem o valor presente de seus fluxos de caixa.

c. Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podem ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

d. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de estresse dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 30 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de juros vigentes referenciado por fonte externa (Taxas Referenciais B3 - 30 de dezembro de 2024 (91 dias) e Relatório Focus Bacen de 31 dezembro de 2024).
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Abaixo estão apresentados os impactos para cada cenário estimado em relação ao saldo contábil:

Operação	Risco	Indexador em 31/12/2024	Consolidado					
			Exposição (Saldo/ Nocial) Base)	Valor Esperado (Nocial Base)	Impacto Cenário Provável (I)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)	
Operações em CDI/SELIC								
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI		148.635	18.059	20.064	15.349	12.640	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	12,15%	(60.097)	(7.290)	(8.113)	(6.207)	(5.111)	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI		(24.036)	(2.920)	(3.245)	(2.482)	(2.044)	
Empréstimos e financiamentos	Alta da TR	2,05%	(96.143)	(1.974)	(1.974)	(1.678)	(1.382)	
Exposição líquida					6.732	4.982	4.103	

Operação	Risco	Indexador em 31/12/2024	Controladora					
			Exposição (Saldo/ Nocial) Base)	Valor Esperado (Nocial Base)	Impacto Cenário Provável (I)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)	
Operações em CDI/SELIC								
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI		148.622	18.057	20.064	15.349	12.640	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	12,15%	(60.097)	(7.290)	(8.113)	(6.207)	(5.111)	
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI		(24.036)	(2.920)	(3.245)	(2.482)	(2.044)	
Empréstimos e financiamentos	Alta da TR	2,05%	(96.143)	(1.974)	(1.974)	(1.678)	(1.382)	
Exposição líquida					6.732	4.982	4.103	

Operação	Risco	Indexador em 31/12/2023	Controladora					
			Exposição (Saldo/ Nocial) Base)	Valor Esperado (Nocial Base)	Impacto Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)	
Operações em CDI/SELIC								
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI	11,65%	144.207	16.800	14.480	14.280	11.760	
Exposição líquida					14.480	14.280	11.760	

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de insumos, equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Abaixo estão apresentados os impactos para cada cenário estimado em relação ao saldo contábil:

Operação	Risco	Consolidado e Controladora			Impacto Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
		Indexador em 31/12/2024	Exposição (Saldo/ Nocial) Nocial	Esperado (Nocial Base)			
Operações em USD					6,28	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do USD	6,1923	2	-	-	-	-
Exposição líquida							

22) Informações para demonstração do fluxo de caixa

a. Transações não envolvendo caixa

A seguir demonstramos as principais transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2024	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento				
Custo de captação dos empréstimos	27		27	
Adição de imobilizado	14.690		14.690	-
	14.717		14.717	-

23) Eventos subsequentes

a. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 6 de janeiro de 2025, a Acelen Agro S.A. formalizou, por meio de Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, um acordo com a Companhia. O valor de R\$ 5.850, referente a esse adiantamento, foi integralmente liquidado na mesma data. Esse montante será convertido em capital social da Acelen Agro S.A. na primeira deliberação social subsequente ao Termo ou, no mais tardar, em até 120 dias após o encerramento do exercício social de 2025.

Em 17 de janeiro de 2025, a Acelen Industrial S.A. formalizou, por meio de Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, um acordo com a Companhia. O valor de R\$ 14, referente a esse adiantamento, foi integralmente liquidado na mesma data. Esse montante será convertido em capital social da Acelen Agro S.A. na primeira deliberação social subsequente ao Termo ou, no mais tardar, em até 120 dias após o encerramento do exercício social de 2025.

Em 6 de fevereiro de 2025, a Acelen Agro S.A. formalizou, por meio de Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, um acordo com a Companhia. O valor de R\$ 30.300, referente a esse adiantamento, foi integralmente liquidado na mesma data. Esse montante será convertido em capital social na primeira deliberação social subsequente ao Termo ou, no mais tardar, em até 120 dias após o encerramento do exercício social de 2025.

b. Integralização de Capital

Em 21 de fevereiro de 2025, a Acelen Agro S.A. aprovou, por meio de AGE, a subscrição e integralização ao capital social de R\$ 36.150, mediante emissão de 36.150.000 (trinta e seis milhões, cento e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por sua única acionista, mediante capitalização do saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Em 21 de fevereiro de 2025, a Acelen Industrial S.A. aprovou, por meio de AGE, a integralização da parcela de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) do capital social pela sua única acionista, Acelen Energia Renovável S.A., passando para 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 400 (quatrocentos reais).

A AGE aprovou, ainda, o aumento do capital social da Companhia, que passará dos atuais R\$ 400,00 (quatrocentos reais), totalmente subscrito e integralizado, para R\$ 24.440,00 (Vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), um aumento, portanto, no valor de R\$ 24.040,00 (Vinte e quatro mil e quarenta reais) em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 24.040 (Vinte e quatro mil e quarenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00, mediante capitalização do saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

LUIZ DE MENDONÇA
CEO

MARCELO FRANÇA NOGUEIRA
Diretor Financeiro

GUILHERME NAJI VARGAS BOU ASSI
Contador
CRC/SP-346841/0